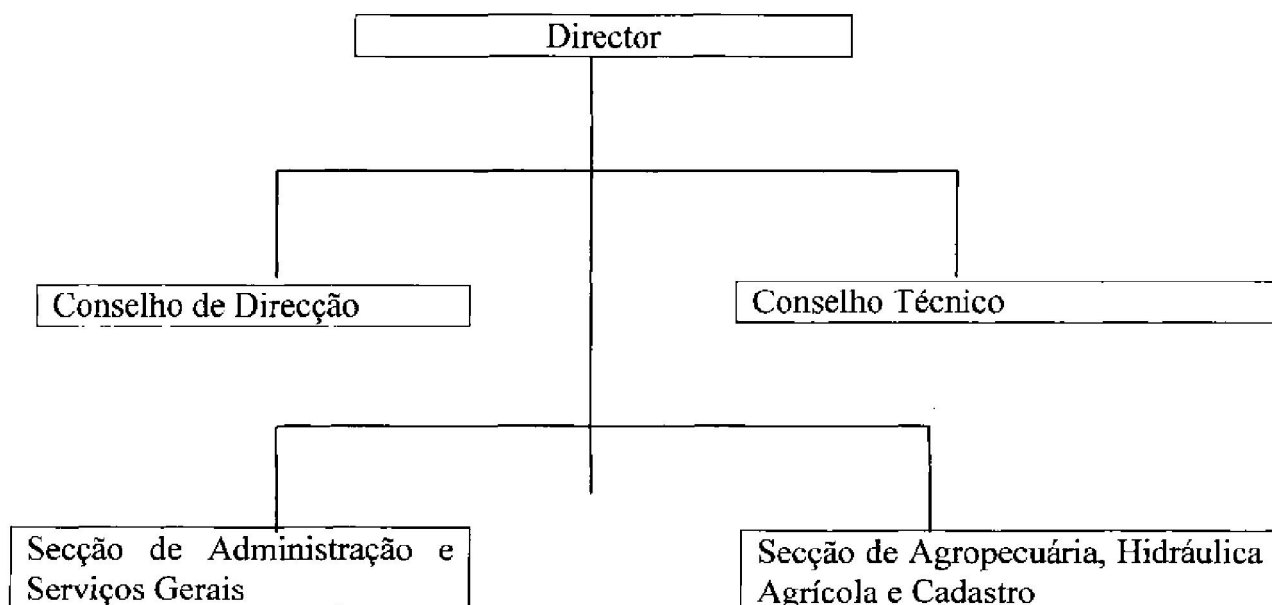


ANEXO II  
Organigrama a que se refere o artigo 11.º do regulamento interno que antecede



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Decreto Executivo n.º 179/13**  
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária a que se refere o artigo 10.º do estatuto orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda aos 30 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º  
(Definição)

A Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária, abreviadamente designada por DNAP, é o órgão de concepção que se ocupa da formulação de políticas e estratégias nos domínios da agricultura e pecuária.

ARTIGO 2.º  
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 10.º do estatuto orgânico do Ministério da Agricultura incumbe, em especial, a Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária:

- a) propor políticas e estratégias de desenvolvimento do sector agro-pecuário;
- b) defender as culturas, espécies animais e vegetais e o território nacional contra o aparecimento de pragas e doenças;
- c) assegurar o apoio tecnológico às indústrias de conservação e transformação de produtos e derivados de origem vegetal e animal;
- d) controlar as actividades agro-pecuárias nos termos da lei;
- e) orientar a execução de regras de defesa e da utilização dos solos;
- f) registar e licenciar os produtos fito-farmacêuticos, fertilizantes, vacinas e medicamentos de uso de

- produção nacional ou importados e proceder ao controlo da sua utilização;
- g) elaborar estudos com vista o acompanhamento da política de preços e mercados dos produtos agro-pecuário;
  - h) identificar, analisar e propor as políticas e estratégias de desenvolvimento do sector agrário;
  - i) avaliar o cumprimento da aplicação das políticas e estratégias de desenvolvimento do sector agrário e propor medidas de correcção;
  - j) promover o fomento da produção agro-pecuária;
  - k) elaborar políticas conducentes à defesa das culturas, espécies animais e o território nacional contra o aparecimento de pragas e doenças;
  - l) notificar e manter informados os organismos internacionais sobre uma situação fitossanitária do país que possa constituir perigo iminente ou potencial, em conformidade com os procedimentos internacionais de protecção fitossanitária;
  - m) elaborar e propor políticas e estratégias para o manejo e uso integrado de pesticidas químicos e biológicos;
  - n) formular políticas e estratégias com vista a assegurar a produção, processamento, armazenamento, conservação, escoamento e comercialização da produção;
  - o) velar pela aplicação da legislação de sanidade vegetal e animal e pelo cumprimento das disposições resultantes de acordos internacionais;
  - p) propor o estabelecimento de relações de cooperação com organismos internacionais e regionais, nos domínios da agricultura e pecuária;
  - q) emitir pareceres sobre empreendimentos e projectos agro-pecuários, comerciais, agro-industriais e explorações agrícolas familiares, susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nacional;
  - r) estudar e propor medidas sobre a introdução de novas tecnologias de produção e processamento;
  - s) proceder à realização de estudos de prospecção conducentes à elaboração e actualização de cartas tecnológicas, calendários agrícolas e programas profilácticos;
  - t) propor e promover a introdução de soluções tecnológicas com vista à modernização gradual do sistema tradicional de produção;
  - u) assegurar o apoio e a assistência técnica às micro, pequenas, médias e grandes empresas agro-pecuárias;
  - v) elaborar, em colaboração com outros sectores afins, normas para a instalação e o funcionamento das agro-indústrias de produção, processamento e conservação de produtos e derivados de origem vegetal e animal;
  - w) elaborar estudos conducentes ao controlo do efectivo pecuário do país;
  - x) apoiar e promover a realização de feiras, exposições, concursos e outros certames de interesse agro-pecuário;

- y) velar pelo cumprimento das disposições resultantes de acordos internacionais no domínio agro-pecuário de que o País seja Parte ou é signatário;
- z) elaborar estudos conducentes a previsões que permitam acautelar determinadas situações e fenómenos de natureza económica, social e política cujo impacto possa afectar ou comprometer a produção interna e a segurança alimentar do país e propor as pertinentes medidas de mitigação, bem como avaliar os diferentes modelos de desenvolvimento económico do sector agrário.

## CAPÍTULO II

### Organização

#### ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

A Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária tem a estrutura orgânica seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho Técnico;
- c) Departamento de Agricultura;
- d) Departamento de Pecuária;
- e) Departamento de Economia Agrária;
- f) Laboratório Central.

#### ARTIGO 4.º (Direcção)

1. A Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária é dirigida por um responsável com o cargo de director nacional ao qual compete, em especial:

- a) dirigir e coordenar todas as actividades da Direcção;
- b) garantir a execução da política do Sector de acordo com as suas atribuições;
- c) responder pela actividade da Direcção perante o Ministro ou a quem este delegar;
- d) velar pelo cumprimento dos planos de actividade aprovados e das orientações superiormente dimanadas;
- e) elaborar e apresentar o plano de actividades da Direcção;
- f) velar pelo cumprimento de todas as orientações e recomendações definidas pelo Ministro, Conselho Consultivo e Directivo;
- g) representar a Direcção em todos os actos para o qual for chamado;
- h) propor ao Ministro da Agricultura a nomeação ou exoneração dos titulares de cargos de chefia;
- i) desempenhar demais funções que lhe sejam alocadas por lei ou por determinação superior.

2. Na ausência ou impedimento, o director nacional é substituído por um dos chefes de departamento por si indicado e autorizado pelo Ministro.

#### ARTIGO 5.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo do director nacional ao qual compete:

- a) analisar, discutir e deliberar propostas para melhor desempenho das actividades da Direcção;
- b) analisar programas, projectos, planos e relatórios periódicos da actividade da Direcção;
- c) avaliar o grau de cumprimento dos planos e programas de actividades da Direcção;
- d) propor e recomendar medidas relacionadas com a organização e funcionamento da Direcção;

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo director nacional e dele fazem parte os chefes de departamento, chefes de secção e técnicos superiores e médios, podendo participar dos seus trabalhos técnicos de outras estruturas do Ministério da Agricultura ou de instituições públicas e empresas sob tutela do Ministério, previamente convocados ou convidados pelo director.

3. O Conselho Técnico reúne-se de forma ordinária trimestralmente e extraordinária quando for necessário, mediante convocatória do director nacional e agenda de trabalhos estabelecida por este.

#### ARTIGO 6.º

##### (Departamento de Agricultura)

1. O Departamento de Agricultura é a estrutura da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária encarregue de pesquisar, estudar e elaborar políticas, com vista a assegurar o desenvolvimento da produção agrícola.

2. Ao Departamento de Agricultura compete, em especial:

- a) promover o fomento da produção agrícola;
- b) formular políticas e estratégias que visem o asseguramento da produção e distribuição interna de sementes, bem como o processamento, armazenamento, conservação, escoamento e comercialização de produtos e derivados de origem vegetal;
- c) propor e promover a introdução de soluções tecnológicas com vista à modernização gradual do sistema tradicional de produção;
- d) elaborar, em colaboração com outros sectores afins, normas para a instalação e o funcionamento das agro-indústrias de produção, processamento e conservação de produtos e derivados de origem vegetal;
- e) assegurar o apoio e a assistência técnica as micro, pequenas, médias e grandes empresas agrícolas;
- f) elaborar e assegurar o cumprimento de normas para a defesa dos solos contra a erosão, bem como a utilização correcta de fertilizantes e correctivos agrícolas, com vista à conservação da estrutura e fertilidade dos solos;
- g) controlar a actividade agrícola nos termos da lei;
- h) velar pelo cumprimento das disposições resultantes de acordos internacionais no domínio agro-pecuário de que o País faça parte ou é signatário;
- i) elaborar e propor políticas e estratégias para a protecção de plantas;
- j) contribuir para o estabelecimento de programas de combate e controlo de pragas, doenças e infestantes e velar pelo seu cumprimento;

k) proceder à realização de estudos conducentes à elaboração e actualização de cartas tecnológicas e calendários agrícolas;

l) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Agricultura é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Repartição de Protecção de Plantas;
- b) Secção de Agricultura;
- c) Secção de Apoio e Assistência aos Produtores.

#### ARTIGO 7.º

##### (Repartição de Protecção de Plantas)

1. A Repartição de Protecção de Plantas é a estrutura da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária encarregue de velar pela promoção da política agrícola relativa ao combate das pragas e doenças que comprometam a sanidade da população vegetal.

2. À Repartição de Protecção de Plantas compete, em especial:

- a) preservar e assegurar a qualidade e sanidade dos vegetais;
- b) organizar e aplicar planos e programas de emergência fitossanitários;
- c) elaborar e estabelecer programas de defesa para o controlo de pragas e doenças nas plantas;
- d) criar e manter serviços de vigilância fitossanitária, visando a prevenção da introdução de pragas e doenças dos vegetais;
- e) traçar e propor políticas e estratégias para o manejo integrado e uso seguro de pesticidas químicos e biológicos;
- f) cooperar no fornecimento de informações técnicas para a avaliação do risco de pragas;
- g) orientar metodologicamente os postos de inspecção fitossanitária;
- h) elaborar e divulgar as listas de pragas, doenças e infestantes de importância económica, assim como dos pesticidas de venda autorizada, proibida e cancelada;
- i) adoptar e aplicar normas e as medidas fitossanitárias internacionais;
- j) promover e colaborar no planeamento e organização as acções de formação para os técnicos de protecção de plantas;
- k) proceder ao registo e ao controlo dos pesticidas importados e comercializados no País ou formulados localmente;
- l) proceder ao registo e controlo de empresas formuladoras, importadoras e distribuidoras de pesticidas, fertilizantes, bem como das empresas importadoras e exportadoras de plantas e seus derivados.
- m) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. À Repartição de Protecção de Plantas é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de repartição.

ARTIGO 8.º  
(Secção de Agricultura)

1. A Secção de Agricultura compete, em especial:

- a) controlar a actividade agrícola nos termos da lei;
- b) promover e emitir pareceres sobre a introdução de novas tecnologias no domínio da produção agrícola;
- c) acompanhar as actividades de levantamento e cadastro sistemático das pequenas, médias e grandes empresas agrícolas;
- d) orientar a execução de práticas de defesa e de utilização de solos, fertilizantes e correctivos agrícolas;
- e) incentivar o consumo consequente da produção interna de produtos agrícolas menos comuns, mediante a divulgação de seu valor nutritivo, como matéria-prima para a indústria;
- f) estudar e propor os mecanismos mais adequados de apoio a produção e escoamento de produtos agrícolas;
- g) zelar por um adequado armazenamento, conservação e processamento da produção agrícola de modo a serem minimizadas as perdas pós-colheita;
- h) velar pelo cumprimento das disposições de acordos internacionais no domínio da agricultura.
- i) promover, incentivar a produção nacional e o uso de equipamentos e utensílios agrícolas de tecnologias adaptáveis;
- j) elaborar e participar nos estudos e projectos de vulgarização e fomento da aplicação de tecnologias adaptáveis ao processamento primário de produtos agrícolas;
- k) definir as normas de transporte e condicionamento dos produtos agrícolas e garantir a sua aplicação;
- l) traçar e propor políticas e estratégias para a protecção de plantas;
- m) contribuir para o estabelecimento de programas de combate e controlo de pragas, doenças e infestantes e velar pelo seu cumprimento;
- n) incentivar a actualização e divulgação de listas de novos pesticidas, pragas, doenças e infestantes;
- o) promover políticas relativas ao combate de pragas, doenças e infestantes que comprometam a sanidade da população vegetal;
- p) elaborar e divulgar instrutivos técnicos para o apoio aos produtores;
- q) incentivar a criação de associações e cooperativas de produtores, no âmbito da agricultura;
- r) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Agricultura é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 9.º  
(Secção de Apoio e Assistência aos Produtores)

1. À Secção de Apoio e Assistência aos Produtores compete, em especial:

- a) estabelecer a ligação entre o Ministério da Agricultura e os produtores agro-pecuários no domínio da assistência técnica e prestação de serviços;
  - b) divulgar as políticas e os programas do Sector de interesse para a actividade dos produtores agro-pecuários, bem como as formas de acesso ao crédito e seguro agrícolas;
  - c) divulgar estudos sobre riscos e seguros na actividade agrária;
  - d) apoiar os produtores na elaboração e execução de planos de exploração, estudos de viabilidade e emitir pareceres técnicos sobre os mesmos, sempre que solicitados;
  - e) divulgar as cartas tecnológicas e os instrutivos técnicos de procedimentos e normas de uso de fertilizantes e pesticidas;
  - f) apoiar os produtores na implementação dos projectos, propondo medidas de correcção sempre que necessário;
  - g) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.
2. A Secção de Apoio e Assistência aos Produtores é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

ARTIGO 10.º  
(Departamento de Pecuária)

1. O Departamento de Pecuária é a estrutura da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária encarregue de pesquisar, estudar, elaborar e formular políticas agrárias no domínio da pecuária.

2. Ao Departamento de Pecuária compete, em especial:

- a) controlar a actividade pecuária, nos termos da lei;
- b) contribuir para a formulação da política agrária no domínio da produção pecuária, sanidade animal, saúde pública veterinária, comércio, trânsito, quarentena de animais e produtos de origem animal e seus derivados;
- c) assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais em matéria de sanidade animal, saúde pública veterinária e melhoramento genético;
- d) zelar pela representação do País em organizações específicas nacionais e internacionais, nos actos e manifestações de natureza técnico-científica decorrentes de acordos e convénios assumidos ou a assumir, assegurando o cumprimento das respectivas obrigações;
- e) propor e promover a introdução de soluções tecnológicas com vista à modernização gradual do sistema tradicional de produção;
- f) formular políticas e estratégias com vista a assegurar e adequar a produção, processamento, conservação, escoamento e comercialização de produtos e derivados de origem animal;
- g) promover e incentivar a produção de pastos melhorados e forragens, visando a melhoria da dieta alimentar animal, sobretudo para suprir as carências de pastos naturais;



- h) elaborar, em colaboração com outros sectores afins, normas para a instalação e o funcionamento das agro-indústrias de produção, processamento e conservação de produtos e derivados de origem animal;
- i) elaborar e divulgar instrutivos técnicos para o apoio aos criadores;
- j) proceder à realização de estudos de prospecção conducentes à elaboração e actualização da zonagem de criação de espécies pecuárias e de programas profilácticos;
- k) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Pecuária é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

- a) Secção de Sanidade Animal, Saúde Pública e Veterinária;
- b) Secção de Zootecnia, Tecnologia e Indústria Animal.

#### ARTIGO 11.º

(Secção de Sanidade Animal, Saúde Pública e Veterinária)

1. À Secção de Sanidade Animal, Saúde Pública e Veterinária compete, em especial:

- a) promover a profilaxia e o combate às doenças dos animais, às zoonoses, bem como de peixes de águas interiores, abelhas e fauna selvagem;
- b) promover a protecção do território contra as doenças exóticas;
- c) zelar pela elaboração e publicação de relatórios sobre a situação zoo-sanitária do País, em obediência às disposições contidas no Código Zoo-Sanitário Internacional e aos acordos bilaterais com outros países;
- d) definir regras para a exploração, o trânsito, quarentena, realização de feiras e leilões, importação e a exportação de animais, seus produtos, subprodutos, despojos e forragens por todo o território nacional;
- e) zelar pela garantia de um funcionamento eficaz dos laboratórios de diagnóstico ao nível nacional;
- f) Zelar por uma eficaz cooperação com a rede de laboratórios existentes tanto nos países limítrofes como em demais países;
- g) velar pela regulamentação da produção, importação, exportação, comercialização interna e uso de medicamentos, soros, vacinas, alergénicos, bem como de demais produtos de uso veterinário empregues na profilaxia, diagnóstico e terapêutica de doenças dos animais.
- h) elaborar e divulgar instrutivos técnicos para o apoio aos criadores;
- i) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Sanidade Animal, Saúde Pública e Veterinária é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

#### ARTIGO 12.º

(Secção de Zootecnia, Tecnologia e Indústria Animal)

1. À Secção de Zootecnia, Tecnologia e Indústria Animal compete, em especial:

- a) elaborar programas, estudos e projectos para orientar, apoiar e incentivar a produção animal, tendo em vista a melhoria das condições de exploração e o aproveitamento dos recursos pascigosos e aquíferos;
- b) fomentar o melhoramento zootécnico, promovendo, regulamentando e apoiando as necessárias acções conducentes à maior produtividade e rentabilidade das diferentes espécies pecuária;
- c) velar pela protecção e melhoramento do património genético das raças e biótipos nacionais;
- d) estabelecer os padrões oficiais das raças e estirpes selectas, mantendo registos genealógicos e de produção;
- e) incentivar a criação de associações e cooperativas de produtores, no âmbito da Pecuária;
- f) definir e zelar pela aplicação das normas técnico-económicas mais adequadas ao desenvolvimento da produção animal;
- g) incentivar a realização de feiras, exposições, concursos e outros certames de interesse pecuário;
- h) proceder à realização de estudos de prospecção conducentes à elaboração e actualização da zonagem de criação de espécies pecuárias e de programas profilácticos.
- i) colaborar com Instituições de Investigação e de ensino, em trabalhos de experimentação relacionados com a criação animal e agrostologia;
- j) zelar pela existência de condições propícias ao bem-estar animal e pela observância dos princípios éticos na eleição dos métodos de reprodução a adoptar.

2. A Secção de Zootecnia, Tecnologia e Indústria Animal é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

#### ARTIGO 13.º

(Departamento de Economia Agrária)

1. O Departamento de Economia Agrária é a estrutura da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária encarregue de pesquisar, estudar e elaborar políticas para o desenvolvimento do sector agrário na vertente económica.

2. Ao Departamento de Economia Agrária compete, em especial:

- a) elaborar estudos conducentes a previsões que permitam acautelar determinadas situações e fenómenos de natureza económica, social e polí-

- tica, cujo impacto possa afectar ou comprometer a produção interna e a segurança alimentar do país e propor as pertinentes medidas de mitigação;
- b) determinar os preços mínimos de referência dos principais produtos agro-pecuários, através da realização periódica de estudos de mercado nos quais se incluem o acompanhamento, levantamento e avaliação da produção interna;
  - c) avaliar os diferentes modelos de desenvolvimento económico do sector agrário, para determinar o que melhor se adequa à realidade e às condições do País, tendo como base a realização de estudos sobre a situação prevalecente em determinado momento, nomeadamente a produção e a produtividade, o seu contributo para o produto interno bruto, bem como a análise e a avaliação do impacto económico e social dos programas e projectos;
  - d) acompanhar e divulgar periodicamente, a cotação dos factores de produção e a proveniência dos principais produtos de origem animal, vegetal e seus derivados, bem como de maquinaria, equipamentos e instrumentos para uso agrário, no mercado internacional e regional;
  - e) manter actualizado o registo das importações dos principais produtos agro-pecuários, florestais e seus derivados, bem como da importação de maquinaria, e equipamentos para fins agrários, assim como de bens exportáveis, em colaboração com os serviços afins;
  - f) elaborar estudos no seu domínio de actividade, divulgando-os mediante a publicação de folhetos de interesse técnico-económico;
  - g) propor e elaborar modelos de projectos-tipo e de planos de exploração para as empresas agro-pecuárias e florestais;
  - h) analisar e emitir pareceres sobre a viabilidade de empreendimentos agrícolas, pecuários, florestais e agro-industriais, susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nacional;
  - i) proceder ao registo de toda a informação relacionada com os programas, projectos e respectivos financiamentos, aprovados por instituições financeiras nacionais e internacionais, respeitantes ao sector agro-pecuário e florestal;
  - j) identificar e divulgar as formas de acesso ao crédito e seguro agrícolas, bem como os mecanismos para a sua implementação, com vista ao desenvolvimento da actividade do sector e conhecimento dos empreendedores;
  - k) elaborar estudos conducentes à necessidade de industrialização de produtos de origem agro-pecuária e florestal, recomendando a localização e instalação de agro-indústrias, bem como o mapeamento das mesmas;
  - l) proceder ao cadastramento, avaliação, classificação das empresas agro-pecuárias e florestais, com o registo dos respectivos proprietários, áreas e infra-estruturas, em colaboração com os órgãos afins do Ministério da Agricultura;
  - m) colaborar com os órgãos competentes do Ministério da Agricultura, na recolha, registo e processamento da informação estatística, bem como o acompanhamento dos planos e projectos do Sector;
  - n) proceder à recolha, registo e processamento da informação estatística relacionada com a actividade do sector empresarial agrícola e pecuário controlado pela Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária;
  - o) elaborar e divulgar estudos sobre riscos e seguros na actividade agrária, que visem proteger o produtor de possíveis perdas de produção por calamidades naturais, surtos de pestes e pragas;
  - p) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.
3. O Departamento de Economia Agrária é dirigido por um responsável com o cargo de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:
- a) Secção de Economia Agrária e Mercados;
  - b) Secção de Processamento e Informação Agrária.
- ARTIGO 14.º  
(Secção de Economia Agrária e Mercados)
1. À Secção de Economia Agrária e Mercados compete, em especial:
- a) elaborar estudos conducentes a previsões que permitam acautelar determinadas situações e fenómenos de natureza económica, social e política cujo impacto possa afectar ou comprometer a produção interna e a segurança alimentar do País e propor as pertinentes medidas de mitigação;
  - b) propor os preços mínimos de referência dos principais produtos agro-pecuários, através da realização periódica de estudos de mercado nos quais se incluem o acompanhamento, levantamento e avaliação da produção interna;
  - c) avaliar os diferentes modelos de desenvolvimento económico do sector agrário, para determinar o que melhor se adequa à realidade e às condições do País, tendo como base a realização de estudos sobre a situação prevalecente em determinado momento, nomeadamente a produção e a produtividade, o seu contributo para o produto interno bruto, bem como a análise e a avaliação

do impacto económico e social dos programas e projectos;

- d) acompanhar e divulgar periodicamente a cotação dos factores de produção e a proveniência dos principais produtos de origem animal, vegetal e seus derivados, bem como de maquinaria, equipamentos e instrumentos para uso agrário, no mercado internacional e regional;
- e) propor e elaborar modelos de projectos-tipo e de planos de exploração para as empresas agro-pecuárias e florestais, analisar e emitir pareceres sobre a viabilidade de empreendimentos agrícolas, pecuários, florestais e agro-industriais, susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nacional;
- f) elaborar estudos no seu domínio de actividade, divulgando-os mediante a publicação de folhetos de interesse técnico-económico;
- g) proceder ao registo de toda a informação relacionada com os programas, projectos e respectivos financiamentos, aprovados por instituições financeiras nacionais e internacionais, respeitantes ao sector agro-pecuário e florestal;
- h) identificar e divulgar as formas de acesso ao crédito e seguro agrícolas, bem como os mecanismos para a sua implementação, com vista ao desenvolvimento da actividade do sector e conhecimento dos empreendedores;
- i) elaborar estudos conducentes à necessidade de industrialização de produtos de origem agro-pecuária e florestal, recomendando a localização e instalação de agro-indústrias, bem como o mapeamento das mesmas;
- j) elaborar e divulgar estudos sobre riscos e seguros na actividade agrária, que visem proteger o produtor de possíveis perdas de produção por calamidades naturais, surtos de pestes e pragas;
- k) elaborar e manter actualizados os requisitos e procedimentos para a constituição de uma empresa agro-pecuária;
- l) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Economia Agrária e Mercados é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

#### ARTIGO 15.º

##### (Secção de Processamento e Informação Agrária)

1. À secção de Processamento e Informação Agrária compete, em especial:

- a) manter actualizado o registo das importações dos principais produtos agro-pecuários, florestais e seus derivados, bem como da importação de maquinaria e equipamentos para fins agrícolas, assim como de bens exportáveis, em colaboração com os serviços afins;
- b) elaborar estudos no seu domínio de actividade, divulgando-os mediante a publicação de folhetos de interesse técnico-económico;

c) proceder ao cadastramento, avaliação, classificação das empresas agro-pecuárias e florestais, com o registo dos respectivos proprietários, áreas e infra-estruturas, em colaboração com os órgãos afins do Ministério da Agricultura;

d) colaborar, com os órgãos competentes do Ministério da Agricultura, na recolha, registo e processamento da informação estatística, bem como o acompanhamento dos planos e projectos do Sector;

e) proceder à recolha, registo e processamento da informação estatística relacionada com a actividade do sector empresarial agro-pecuário controlada pela DNAP;

f) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Processamento e Informação Agrária é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

#### ARTIGO 16.º

##### (Laboratório Central)

1. O Laboratório Central é a estrutura da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária encarregue de assegurar a análise e o controlo de qualidade de produtos alimentares, agrícolas e pecuários.

2. Ao Laboratório Central compete, em especial:

a) fornecer aos serviços oficiais, industriais e aos particulares todos os elementos de carácter analítico sobre amostras de produtos agro-silvo-pastoris que lhe sejam enviadas;

b) fornecer aos diversos serviços de fiscalização dos diferentes organismos do Estado os elementos analíticos necessários à descoberta de falsificações e verificação de alteração nos produtos agro-pecuários susceptíveis de comprometer o seu valor ou significado alimentar agrícola ou industrial e manter sigilo relativamente as informações obtidas que possam comprometer os interesses do Estado;

c) fixação de normas e características que permitam fácil identificação e verificação de eventuais adulterações dos produtos;

d) dar informações e pareceres técnicos especializados sobre todos os assuntos dentro do âmbito laboratorial;

e) coordenar e orientar todas as actividades destinadas a detectar a existência de organismos prejudiciais nos vegetais e produtos vegetais.

3. O Laboratório Central é dirigido por um responsável com a categoria de chefe de departamento e compreende a estrutura seguinte:

a) Secção de Controlo de Qualidade Alimentar e Solos;

b) Secção de Avaliação e Comunicação de Riscos.

#### ARTIGO 17.º

##### (Secção de Controlo de Qualidade Alimentar e Solos)

1. À Secção de Controlo de Qualidade Alimentar e Solos compete, em especial:



- a) realizar as análises destinadas ao controlo oficial na perspectiva de prevenção e repressão das infracções contra a genuinidade e a qualidade dos géneros alimentícios e respectivas matérias-primas e assegurar o funcionamento dos competentes órgãos de fiscalização e qualquer júri de prova organoléptica;
- b) determinar valores nutricionais dos alimentos, bem como a sua valorização industrial;
- c) promover e coordenar as actividades relativas ao estudo de métodos de análise e aos estudos inter-laboratoriais para a harmonização de processos e técnicas de análise;
- d) colaborar com organismos nacionais e internacionais, para estudo de novos métodos de análise;
- e) assegurar a realização de análises e estudos decorrentes da obrigatoriedade inerente a laboratório acreditado Internacionalmente;
- f) participar em cadeias de avaliação de capacidade laboratorial, com vista ao reconhecimento no âmbito do auto controlo coordenado das empresas de produção agro-alimentar;
- g) proceder à análise e estudo das medidas necessárias à elaboração da legislação nacional e regional no domínio dos critérios de pureza e condições de utilização de aditivos alimentares e auxiliares tecnológicos, bem como dos teores admissíveis de contaminantes em todos os géneros alimentícios e respectivas matérias-primas;
- h) elaborar e assegurar a actualização do Manual de Qualidade e garantir a acreditação do Laboratório Central pelo organismo nacional competente;
- i) colaborar com os restantes laboratórios nacionais e regionais oficiais nos domínios da formação profissional e da execução das tarefas inerentes à respectiva acreditação;
- j) emanar as directivas funcionais necessárias à uniformização de métodos e procedimentos dos laboratórios nacionais e regionais;
- k) realizar as análises solicitadas por entidades públicas no domínio da sua especialidade e exercer quaisquer outras acções ou funções que lhe sejam superiormente determinadas;
- l) elaborar técnicas de boas práticas agrícolas e programa de colheita de amostras de solos nas unidades agrícolas identificadas, de modo a incentivar o agricultor a criar prática de análises de solos, para a agricultura;
- m) realizar seminários de capacitação dos técnicos do laboratório, em métodos e procedimentos de análises físico-químicas dos solos, plantas e águas de rega;
- n) promover sistematicamente análises das amostras de solos, e consequente elaboração dos relatórios técnicos;
- o) colaborar com o Instituto de Investigação Agronómica, na troca de informações resultantes das avaliações da aptidão dos solos, em termos de fertilidade, e os dados obtidos de as pesquisas

agronómicas, de modo a permitir a actualização da carta de solos de Angola;

- p) promover campanhas de sensibilização aos agricultores pelo uso sistemático dos fertilizantes químicos;
  - q) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.
2. A Secção de Qualidade Alimentar e Solos é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

#### ARTIGO 18.º

##### (Secção de Avaliação e Comunicação de Riscos)

1. À Secção de Avaliação e Comunicação de Riscos compete, em especial:

- a) proceder a estudos e elaborar pareceres técnicos e científicos;
- b) proceder à avaliação dos riscos biológicos, químicos, físicos e nutricionais e dos riscos inerentes à saúde e bem-estar animal e à alimentação animal proceder à recolha de dados relativos ao consumo de géneros alimentícios e à incidência e prevalência dos riscos da cadeia alimentar;
- c) analisar os dados dos diferentes organismos com atribuições nas várias componentes da fileira alimentar que permitam a caracterização dos riscos com impacte directo ou indirecto na (segurança alimentar);
- d) analisar, de forma sistemática, informações e dados que permitam propor programas de vigilância dos riscos;
- e) propor as entidades que devem integrar a rede de intercâmbio de informação e assegurar o seu funcionamento;
- f) proceder ao tratamento das mensagens que circulem no sistema de informação de alerta rápido e de outros sistemas de alerta ou de troca de informação;
- g) programar e desenvolver acções de natureza preventiva e informativa;
- h) adoptar procedimentos para a criação e manutenção de bases de dados e de registos nacional de alimentos;
- i) promover e organizar a realização de cursos, seminários, jornadas técnicas e outras acções de formação contínua especializada;
- j) estabelecer ligações a bases de dados científicos e técnicos e cooperar cientificamente com outros organismos com actividade no domínio das suas competências;
- k) proceder à definição da estratégia da comunicação dos riscos em matéria de segurança alimentar, tendo em consideração os conteúdos, os meios e os grupos alvo da comunicação;
- l) planear e implementar os programas de comunicação dos riscos;
- m) proceder à divulgação da actividade do Laboratório Central, no âmbito das competências de avaliação e comunicação dos riscos;



- n) estabelecer contactos com os órgãos de comunicação, nos termos definidos pelo Conselho de Direcção;
- o) proceder à necessária articulação com os organismos congéneres dos países da região do SADC;
- p) desempenhar as demais tarefas que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. A Secção de Avaliação e Comunicação de Riscos é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

**ARTIGO 19.º**  
**(Secção Administrativa)**

1. A Secção Administrativa compete, em especial:

- a) coordenar e apoiar as actividades administrativas da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária;
- b) assegurar a recepção, classificação, registo e distribuição interna da documentação inerente à Direcção, bem como a expedição da correspondência;
- c) assegurar a gestão do arquivo geral da DNAP, mantendo os processos devidamente organizados e actualizados;
- d) providenciar a disponibilidade do material de consumo corrente, para o bom funcionamento e execução das tarefas da Direcção;
- e) assegurar a correcta gestão do pessoal afecto à DNAP, efectuando o controlo da efectividade do mesmo;
- f) velar pela limpeza, higiene, segurança e conforto das instalações afectas à Direcção;
- g) assegurar a manutenção dos bens patrimoniais afectos à DNAP, e acompanhar o inventário dos mesmos;
- h) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

2. À Secção administrativa é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

**CAPÍTULO III**  
**Disposições Finais**

**ARTIGO 20.º**  
**(Competências dos chefes de departamento)**

Ao chefe de departamento compete, em especial:

- a) organizar, coordenar e controlar a actividade do departamento;
- b) responder pela actividade do Departamento perante o director ou a quem este delegar;
- c) elaborar os planos de actividade e o respectivo relatório do seu cumprimento;
- d) velar pela pontualidade e assiduidade dos técnicos do departamento;
- e) desempenhar demais tarefas que lhe sejam incumbidas superiormente.

**ARTIGO 21.º**  
**(Competências dos chefes de repartição/secção)**

Ao chefe de repartição/secção compete, em especial:

- a) assegurar e controlar a execução das tarefas da repartição/ secção;

- b) despachar com o chefe de departamento sobre as matérias da respectiva área;
- c) elaborar periodicamente os planos de actividades e os respectivos relatórios do seu cumprimento;
- d) desempenhar outras tarefas que lhe sejam incumbidas superiormente.

**ARTIGO 22.º**  
**(Quadro de pessoal)**

1. O quadro de pessoal da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária é o constante do Anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante.

2. O provimento de lugares do quadro da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária é regulado pelas normas gerais aplicáveis à administração pública, pelo presente Diploma e demais legislação aplicável na matéria.

**ARTIGO 23.º**  
**(Organigrama)**

O organigrama da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária é o que consta do Anexo II ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

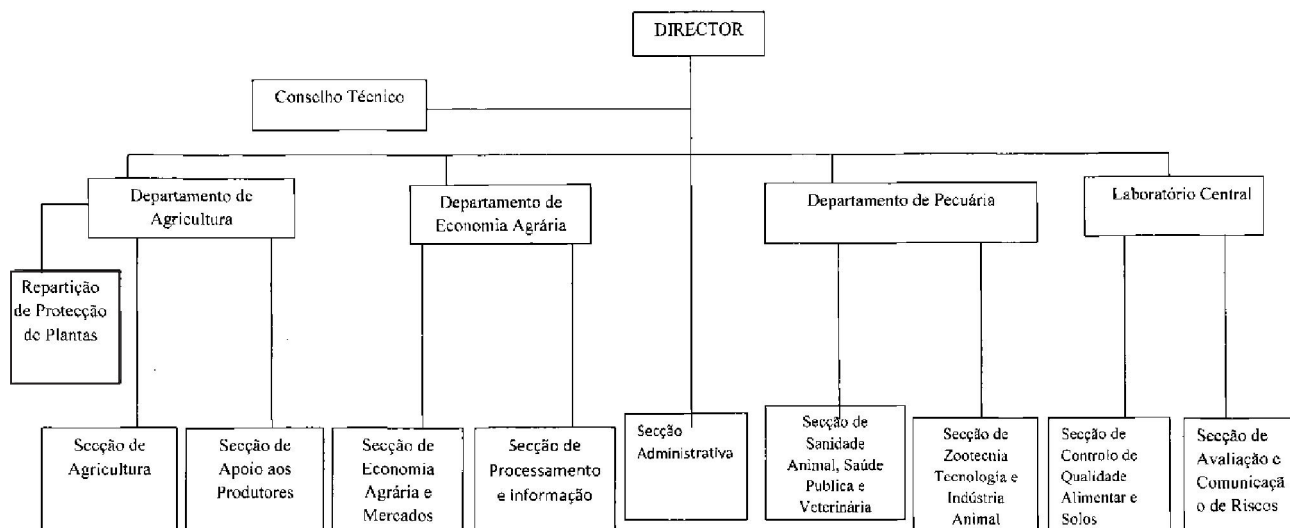
**ANEXO I**

**Quadro de pessoal da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária a que se refere o artigo 22.º do regulamento interno que antecede**

<b>Grupo de Pessoal</b>	<b>Cargo/Categoria</b>	<b>N.º de Lugares</b>
<b>Direcção e Chefia</b>	Director	1
	Chefe de Departamento	4
	Chefe de repartição	1
	Chefe de Secção	9
<b>Técnico Superior</b>	Assessor Principal	3
	1.º Assessor	4
	Assessor	3
	Técnico Superior Principal	4
	Técnico Superior de 1.ª Classe	2
	Técnico Superior de 2.ª Classe	3
<b>Técnico Médio</b>	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	4
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	1
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	5
	Técnico Médio de 1.ª Classe	4
	Técnico Médio de 2.ª Classe	2
	Técnico Médio de 3.ª Classe	1
<b>Administrativo</b>	Oficial Administrativo Principal	1
	1.º Oficial Administrativo	1
	2º Oficial Administrativo	2
	Aspirante	1
	Auxiliar de Limpeza Principal	1

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

## ANEXO II

**Organigrama da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária a que se refere o artigo 23.º do regulamento interno que antecede**

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Decreto Executivo n.º 180/13**  
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento da Direcção Nacional de Engenharia Rural a que se refere o artigo 12.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno da Direcção Nacional de Engenharia Rural do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, de de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO  
NACIONAL DE ENGENHARIA RURAL**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
**(Definição)**

A Direcção Nacional de Engenharia Rural, abreviadamente designada por «DNER», é o órgão de concepção que se ocupa da elaboração e divulgação de medidas legislativas e normativas, visando a promoção, execução e coordenação de acções tendentes ao aproveitamento agrícola e infra-estruturas no meio rural.

**ARTIGO 2.º**  
**(Atribuições)**

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 12.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura incumbe, em especial, a Direcção Nacional de Engenharia Rural:

- a) elaborar e promover programas, estudos e projectos relativos ao aproveitamento hidroagrícola e de engenharia rural;
- b) acompanhar a gestão, manutenção e exploração das infra-estruturas hidroagrícolas, assim como as instalações e equipamentos de captação de águas subterrâneas e superficiais no âmbito do Sector;
- c) estudar e promover o uso de tecnologias intermédias de baixo custo;
- d) controlar, verificar e homologar o uso de equipamentos de hidráulica e mecanização agrícola;